

Olegário Maciel e a Revolução Conservadora

MAX BOTELHO

*Aluno do 6.º período do Curso de História do Centro Universitário de Patos de Minas (2011).
Trabalho orientado pela Profa. Eunice Aparecida Caixeta (UNIPAM).*

Resumo: O presente artigo busca levantar a participação de Olegário Maciel nos incidentes que culminaram na Revolução de 1930, bem como a repercussão verificada na cidade de Patos de Minas. Os resultados obtidos revelam um Olegário habilidoso, conciliador e enérgico na manutenção de seu cargo, único caso entre todos os Estados brasileiros. Apesar de conciliador num primeiro momento, mostrou firmeza quando a circunstância assim exigiu, enfrentando a forte reação das várias unidades do Exército baseadas no Estado, situação que colocava em risco o sucesso da Revolução. Foi igualmente destemido quando enfrentou uma rebelião encabeçada por Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, que tinha como propósito a sua deposição com a nomeação deste último para o cargo de Interventor. Em Patos de Minas não se verificou grande efervescência em função do conflito e, não fosse o alistamento de voluntários e as requisições de automóveis e mercadorias promovidas por Quintino Vargas, prefeito de Paracatu nomeado por Maciel, a revolução não teria sido sequer percebida.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Olegário Maciel; Patos de Minas.

Abstract: The present work aims at investigating the participation of Olegário Maciel in the incidents that led to the 1930 Revolution, as well as the repercussion verified in the city of Patos de Minas. The results obtained revealed a skillful, conciliator and vigorous Olegário, while maintaining his charge, a unique case in all Brazilian states. Although conciliator at a first moment, he showed steadiness when the circumstances demanded, facing the strong reaction of the many unities of the Army based on the state, a situation that put at risk the success of the Revolution. He was also fearless while facing a rebellion conducted by Oswaldo Aranha and Virgilio de Melo Franco, who aimed at deposing him and nominating Melo Franco as intervener. In Patos de Minas there was not a great excitement because of the conflict, and if it were not for the enlistment of volunteers and the demand for automobiles and goods promoted by Quintino Vargas, mayor of Paracatu appointed by Maciel, the revolution would not even have been perceived.

Keywords: 1930 Revolution; Olegário Maciel; Patos de Minas.

1. Introdução

Ao final do período chamado de República da Espada, uma alusão aos dois primeiros presidentes brasileiros oriundos da caserna, a política nacional firma um pacto que seria conhecido como República Café com Leite. Esse acordo, que durou até 1930, foi gestado nas hostes das oligarquias rurais e previa uma al-

ternância de poder entre representantes dos Estados de São Paulo, o mais rico, e Minas Gerais, então o mais populoso.

No entanto, o fato de São Paulo concentrar grande parte da produção cafeeira, principal produto brasileiro de exportação, conferia àquele Estado um peso político superior ao de Minas Gerais. Assim, São Paulo consegue eleger os três primeiros presidentes do período oligárquico, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, cabendo a Minas Gerais a eleição apenas do quarto presidente, Afonso Pena.

O descompasso econômico existente entre os dois Estados foi um fator gerador de crises durante todo o período oligárquico, como podemos verificar no impasse sucessório criado a partir da morte de Afonso Pena antes de concluir o seu mandato. São Paulo lança a candidatura de Rui Barbosa com o apoio dos baianos, e Minas Gerais, apoiado pelos gaúchos, indica o marechal Hermes da Fonseca, vencedor das eleições.

Dessa forma, o acordo de alternância no poder que de início parecia de fácil execução, arrasta-se num emaranhado de crises até o governo de Washington Luís, fluminense radicado em São Paulo e último dos oligarcas a presidir o Brasil.

Para suceder a Washington Luís, o Estado de São Paulo, apoiado por dezessete outros Estados, indica o paulista Júlio Prestes como presidente, e o baiano Vital Soares como vice. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba não concordam com o nome imposto por São Paulo e lançam as candidaturas do gaúcho Getúlio Vargas para presidente, e do paraibano João Pessoa como vice, formando a Aliança Liberal.

A apuração dos votos aponta como vencedora a chapa apoiada pelos paulistas. O resultado é imediatamente contestado pela chapa adversária, sob a alegação de fraude, prática comum no processo eleitoral brasileiro da República Velha.

A tensão aumenta com o assassinato de João Pessoa em Recife, no dia 26 de julho de 1930. O crime, que havia sido cometido por motivos de ordem pessoal, foi explorado politicamente. Seu corpo foi velado em Recife e em seguida transferido para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado. Missas solenes foram celebradas e discursos inflamados foram ouvidos nas duas capitais, responsabilizando o governo de Washington Luís pela fraude eleitoral e pelo assassinato de João Pessoa.

Acirram-se os ânimos e cresce nas fileiras que apoiavam Getúlio Vargas o desejo de se atingir o poder pela via revolucionária. Em Minas Gerais, um dos Estados protagonistas do processo revolucionário, a 7 de setembro de 1930 ocorre a transmissão de cargo de Presidente de Antônio Carlos para Olegário Maciel, político nascido em Bom Despacho e que iniciou sua carreira de homem público como Juiz de Paz em Santo Antônio de Patos, atual Patos de Minas.

Maciel, a princípio hesitante, resolve juntar-se ao Rio Grande do Sul e Paraíba no movimento que pretendia a derrubada do governo de Washington Luís para evitar a posse de Júlio Prestes. Em 3 de outubro de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, deflagra-se a Revolução a partir do Rio Grande do Sul, a qual rapidamente se espalha por todo o território nacional, chegando ao Rio de Janeiro em 03 de novembro do mesmo ano.

Após a deposição de Washington Luís, segue-se um período turbulento com resistências à nova ordem imposta por Vargas em várias Unidades da Federação, obrigando o caudilho a nomear interventores para todos os Estados, com exceção de Minas

Gerais, que permaneceu sendo presidido por Olegário Maciel.

Em nível nacional este é o cenário do movimento Getulista que entrou para a história com o nome de Revolução de 1930, mas o que teria ocorrido em Minas Gerais e mais precisamente em Patos de Minas, terra do Presidente do Estado? Houve resistência ao movimento? Qual a importância de Maciel durante o processo revolucionário? Existiu cerceamento à imprensa falada e escrita? O município patense, por sua relevância política e proximidade com o Estado de Goiás, exerceu papel preponderante no combate aos legalistas goianos? As elites locais alinharam-se automaticamente ao movimento? Estas são algumas das indagações que procuraremos responder ao longo do presente trabalho de pesquisa.

2. Os antecedentes da Revolução de 1930

Muitos são os fatores que contribuíram para a Revolução de 1930, impossíveis de serem todos abordados no pequeno espaço de um simples artigo; falaremos, pois, de alguns deles, mas certamente existirão outros eventualmente até mais importantes:

a) A dificuldade que os militares têm em retornar aos quartéis, findas as guerras, é um fenômeno recorrente na história da humanidade. O guerreiro heroicizado em época de conflito não se conforma com a inatividade burocrática da caserna, inconformismo esse que, em geral, resulta em regimes autoritários. Portanto, ao término da Primeira Guerra Mundial, o continente europeu entra num processo de construção de regimes autoritários, totalitários e fascistas que se materializam nas décadas seguintes em países como a Espanha, Áustria, Itália, Alemanha, Grécia, Portugal, Romênia e URSS, servindo de inspiração para os países periféricos, entre os quais o Brasil e a Argentina;

b) Outro fator preponderante para a Revolução de 1930 foi a crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos com o *crack* da Bolsa de Nova York em 24 de outubro daquele ano, dando início à Grande Depressão que se alastra pelo mundo atingindo Alemanha, Holanda, Austrália, França, Itália, Reino Unido, Canadá, Argentina e Brasil, entre outros países.

No período o Brasil passava por um sério problema de superprodução de café, carro-chefe de nossa economia. Em outubro de 1929 os fazendeiros ainda estavam exportando a safra de 1927, e a safra de 1928 estava toda retida nos armazéns de valorização do café, que eram gerenciados pelo Instituto do Café. Considerando que o café representava 70% da pauta de exportação brasileira, tem-se a clara dimensão do problema;

c) Durante a Primeira República a classe política dominava o pleito eleitoral por meio das fraudes, institucionalizada pela Comissão de Verificação, mecanismo que permitia a “degola” de parlamentares opositores. No entanto este expediente já dera sinais de esgotamento quando do movimento tenentista, que clamava pelo fim da imoralidade eleitoral vigente no país, num resgate da Campanha Civilista de Rui Barbosa de 1910;

d) No mesmo período houve uma disputa entre o setor agrário e o setor indus-

trial. Os grupos agrários construíram a imagem dos industriais como elementos parasitários, operando indústrias parasitárias graças ao protecionismo, sendo responsabilizados pela alta do custo de vida (FAUSTO, p. 45);

e) O processo de urbanização havia gerado uma classe média ansiosa por participar de uma política até então dominada pelas oligarquias rurais;

f) A incapacidade da burguesia industrial de elevar-se acima de seus interesses particulares e formular um projeto de desenvolvimento nacional (*op. cit.*, p. 47).

Em linhas gerais são estes os fatores que desencadearam o movimento revolucionário de 1930.

3. O estado de compromisso

A crise verificada durante os anos 1920 (inflação, manifestações de operários, movimento tenentista, crise capitalista) evidentemente gerou tensões entre as classes sociais brasileiras, que por sua vez não tinham, isoladamente, condição de hegemonia sobre as demais.

Os operários estavam divididos em lutas internas entre comunistas, socialistas e anarquistas que impediam a formação de uma força operária unitária e com maior poder de luta; a crise cafeeira havia enfraquecido as velhas oligarquias rurais paulistas; a burguesia industrial reivindicava o seu espaço, mas ainda era economicamente incipiente; a classe média, dependente das elites, não tinha como promover uma ruptura; o Exército não detinha o monopólio da intervenção armada. No Rio Grande do Sul a brigada militar e os chamados provisórios formaram um núcleo mais importante que os quadros do Exército, a mesma situação verificada no Paraná e Santa Catarina (*op. cit.*, p. 103).

A diversidade dos objetivos e intenções dos atores envolvidos no movimento revolucionário está impressa nas diferentes interpretações dadas para justificar o movimento nos diferentes Estados da Federação.

Em Minas Gerais, Estado de natureza conservadora, a imprensa oficial publicou um manifesto, em 03 de outubro de 1930, quando Maciel afirma ser a Revolução um movimento conservador, apoiado por todos os patriotas e pelos elementos conservadores da Nação (AFONSO ARINOS, p. 15, 6), pensamento no mínimo paradoxal, visto não ser possível uma revolução conservadora.

Os gaúchos, por sua vez, falavam apenas em renovação, na construção de um novo edifício com aqueles que tinham ideias renovadoras na cabeça e capacidade e decisão para realizá-las.

No Nordeste, ao contrário, a tendência era bem outra, contemplando uma efetiva ação revolucionária. As camadas populares, assediadas pela seca e oprimidas pelos coronéis, via no movimento contra os partidários de Washington Luís, chamados de perrepistas, a possibilidade de uma verdadeira libertação.

Café Filho, político atuante na região durante o conflito, relata que havia no sentimento popular a intenção de uma revolução social, com a supressão do Código

Civil e do Código Penal vigentes, do vínculo do matrimônio e do direito de propriedade.

Este cenário traduziu-se naquilo que Fausto denominou de Estado de compromisso, no qual a classe média e várias frações da burguesia, tendo à frente a figura de Getúlio Vargas, costuram um acordo capaz de assegurar a governabilidade.

4. A inabilidade de Washington Luís

Todo o cenário indicava que o Brasil estava prestes a romper com um velho sistema de fazer política que não mais atendia aos interesses do país apenas o Presidente da República parecia não perceber.

Segundo Afonso Arinos, “pode-se dizer que nunca, no Brasil, um chefe de Estado utilizou o seu grande poder tão ineptamente como Washington Luís: isolou-se, excluiu amigos, atiçou inimigos, [...] permanecendo, até o fim, [...] inabordável em seu isolamento” (AFONSO ARINOS, p. 323, 5).

Torres foi outro a perceber a falta de sensibilidade política do presidente que teimou em fazer sozinho o seu sucessor, tirando do bolso do colete um candidato estritamente seu, sem considerar a opinião de medalhões da política nacional e nem os governadores dos grandes Estados (TORRES, p. 1388, V).

O brasilianista John D. Wirth observa que o Estado de Minas sempre foi o fiel da balança do jogo político nacional, dando ao Presidente da República a legitimidade e o apoio de que necessitava para fazer o sistema funcionar, com exceção do “infeliz Washington Luís” que tentou controlar a nação sem o Estado (WIRTH, p. 235).

Uma última oportunidade para se evitar o conflito foi apresentada a Washington Luís. Propondo uma solução pacífica para o problema sucessório, Vargas sugeriu ao presidente a indicação de um mineiro para sucedê-lo, lembrando que caso Washington Luís indicasse um candidato de qualquer outro Estado, Minas recusaria e lançaria o nome de Getúlio Vargas, ou seja, as opções eram Antônio Carlos ou o próprio Vargas, com exclusão do nome de Júlio Prestes (AFONSO ARINOS, p. 323, 5).

A recusa do presidente empurrou o país para um inexorável processo de rompimento institucional, única forma de se modificar um sistema político que havia se tornado no mais bem acabado modelo de fraude eleitoral.

Sobre esse assunto, deixemos Afonso Arinos explicar o funcionamento do corrompido processo eleitoral brasileiro:

O sistema era simples, tal como convinha à simplicidade dos elementos de que se compunha. Tudo se fundava na falsidade da representação. Eleições federais falsas, nos Estados, criavam bancadas federais destinadas a apoiar o presidente da república no poder e a consagrar, em convenções formais, o candidato à presidência da república escolhido nas intrigas e tratativas dos que detinham a situação nos grandes Estados.

Por sua vez, o presidente da república no poder sustentava as oligarquias estaduais que lhes fossem fieis, permitindo que, das eleições estaduais tão fraudadas quanto as federais, saíssem os governantes dos Estados e as assembleias locais, a eles subordinadas.

Tal situação era possível, vale insistir, devido à falsidade das eleições, a qual vinha desde o alistamento dos eleitores, nos municípios, até o reconhecimento dos eleitos, pelo congresso nacional (*op. cit*, p. 312, 5).

Assim, atizado pela imprudência de Washington Luís, a partir de julho de 1929 e até outubro de 1930, o país conheceu a mais turbulenta de todas as campanhas políticas até então realizadas. Nas palavras de Afonso Arinos, “o governo federal desmanudou-se totalmente, atingindo aos extremos do opróbrio e da violência”. A corrupção chega ao Banco do Brasil, utilizado para negociatas na compra de jornais e consciências; promoveu-se a degola de toda a bancada federal da Paraíba e grande parte da bancada mineira na farsa do reconhecimento eleitoral materializada na chamada Comissão de Verificação. A Primeira República estava agonizando, somente o presidente não percebia, permanecendo irredutível no palácio até ser convencido pelo cardeal Dom Sebastião Leme a se dirigir para o forte de Copacabana, onde fica recolhido até embarcar para a Europa juntamente com seus familiares. Era 24 de outubro de 1930, a “Revolução” triunfara, o último presidente da Primeira República estava deposto.

5. A vitória da Aliança Liberal

É sob este contexto que devemos analisar o movimento que recebeu o nome de Revolução de 1930, traduzido na lapidar e conhecida frase de Antônio Carlos, então Presidente de Minas Gerais: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”.

O apelo de Antônio Carlos foi entendido e acolhido por alguns setores das elites brasileiras descontentes com a já desgastada política dos governadores, e que inteligentemente cooptaram segmentos da classe média, o movimento tenentista e até mesmo movimentos operários abrigados no Bloco Operário e Camponês (BOC) após a promulgação da Lei Celerada durante o governo de Washington Luiz que lançou na ilegalidade o Partido Comunista.

Tronca afirma que a Revolução de 1930 talvez seja a construção mais bem elaborada do pensamento autoritário no Brasil, uma verdadeira política de dominação e controle que apagou a memória dos vencidos na luta e construiu o futuro apenas sob a ótica dos vencedores (TRONCA, p. 7).

De fato, após a vitória do movimento revolucionário, Vargas afasta as lideranças populares, compondo seu governo apenas com setores da oligarquia e pelos tenentes que são nomeados interventores nos Estados. Decorridos dois anos os tenentes recebem uma promoção, sendo então substituídos por elementos oriundos das velhas oligarquias locais.

As reivindicações e aspirações das camadas populares e médias foram parcialmente atendidas, não como resultado de um processo de luta, mas como uma dádiva do bom caudilho agora metamorfoseado de “pai dos pobres”.

A participação da classe trabalhadora, principalmente por meio das greves, forçava o Estado a cumprir algumas promessas feitas durante a campanha da Aliança

Liberal. Por intermédio de uma propaganda eficiente, o governo constrói o mito de que o Estado teria se antecipado aos interesses dos trabalhadores, apagando a história das lutas operárias de forma a emergir apenas o beneplácito do governante (MONTENEGRO, p. 102).

Tal sentimento, incutido no imaginário popular, fica claramente evidenciado no depoimento de Felipe Santiago, pernambucano nascido em 1904 e aposentado como portuário:

[...] “Ah, Getúlio era o homem da nação. Eu tenho hoje o Instituto por causa dele, de Getúlio. Outro não dava, não. Ele deu. Só quem fez foi Getúlio, mais nenhum, pra pobreza. Estou comendo do que ele deu. Eles não querem dar, mas tô comendo. [...] Pode ser que apareça outro, mas é custoso, pode ser” (*apud* MONTENEGRO, p. 101).

Patos de Minas, por sua vez oferece, na pessoa de um poeta popular, outro exemplo de veneração à figura de Vargas:

Rio de Janeiro, uma cidade
Foi capital do Brasil
Lá morou Getúlio Vargas
Soberano em quantos mil
Nascido em bonita data
Em dezenove de abril¹

Edgar de Decca, por sua vez, salienta que a participação operária, por intermédio do BOC, foi combatida tanto pelo governo como pela oposição, uma vez que começava a se definir como um partido dos trabalhadores, ou seja, as elites governistas e oposicionistas estabelecem uma barreira à participação popular nos acontecimentos políticos, sociais e econômicos. Era como se a história do presente não lhes dissesse respeito (*op. cit*, p. 76).

6. A Revolução nas Minas de Olegário

O apoio de Maciel ao movimento, apesar de crucial para o sucesso da revolução, não se manifestou a partir das primeiras horas, conforme podemos observar na narrativa de Fausto, que não menciona o seu nome entre os primeiros adesistas mineiros:

Os políticos mineiros que se lançam à campanha da Aliança Liberal e entram, posteriormente, nas articulações revolucionárias, desde os mais contemporizadores como An-

¹ Juca da Angélica, poeta popular de Patos de Minas, autor de algumas centenas de poesias.

tônio Carlos e Artur Bernardes, aos mais audazes como Francisco Campos e o “tenente civil” Virgílio de Melo Franco, têm sólidas raízes na vida política mineira e provêm de suas famílias tradicionais (FAUSTO, 1989, p. 43).

Durante a campanha eleitoral que antecedeu a Revolução de 1930, o governo de Washington Luís enviou tropas federais para intervir em vários Estados brasileiros, inclusive em Minas Gerais, tropas essas que foram removidas a partir de 7 de setembro, dia da posse de Maciel no governo (AFONSO ARINOS, p. 330, 5), situação que revela uma provável confiança do presidente em relação às intenções do político mineiro, reforçando a ideia de que Olegário realmente não foi um adesista de primeira hora.

Da mesma forma que Fausto, Afonso Arinos relaciona os líderes da Revolução em Minas Gerais deixando de fora o nome de Maciel. Segundo ele a liderança política ficou a cargo de Antônio Carlos, Bernardes, Mário Brant, Cristiano Machado e Odilon Braga, não mencionando o nome do já governador Maciel (AFONSO ARINOS, *op. cit.*, p. 327, 5).

Apesar de não ter aderido no primeiro momento, o que não deixa de ser uma demonstração de habilidade política típica dos mineiros, Maciel não declina de suas responsabilidades como mandatário de um Estado protagonista no cenário político nacional e, a despeito da idade, estava já com setenta e cinco anos, demonstrou firmeza e energia nos seus atos, contribuindo efetivamente para o sucesso do movimento, como veremos a seguir.

Todas as unidades do exército baseadas em Minas Gerais mantinham-se fiéis ao governo federal, inclusive a unidade de Belo Horizonte. As forças estavam assim distribuídas: 10.º R.I. em Juiz de Fora; o 11.º em São João Del Rei; o 4.º R.C. em Três Corações; o 10º B.C. em Ouro Preto; o 4.º B.E. em Itajubá; o 8.º R.A.M. em Pouso Alegre; e finalmente o 12.º R.I. na capital (TORRES, p. 1403, V).

Sabendo da importância de Minas Gerais para o processo revolucionário, um fracasso nas terras mineiras poderia significar a derrocada do movimento, Olegário age com energia e destemor, enfrentando as tropas legalistas e lançando a 3 de outubro de 1930 o seguinte manifesto publicado no *Minas Gerais*, órgão oficial da imprensa estadual:

AO POVO MINEIRO – O Presidente da República, colocando-se fora da constituição, e das leis, arrastou o país à necessidade de um levante geral para restaurar o regime republicano, restabelecer a ordem jurídica, a liberdade e a Pátria.

Esse levante se declara hoje em todo o território nacional, de sul a norte, de este a oeste, com o apoio do povo brasileiro, das polícias, do Exército, e dos governos dos Estados que mais têm zelado a pureza do regime.

A Revolução, que surge vitoriosa, é um movimento conservador, apoiado por todos os políticos patriotas e pelos elementos conservadores da Nação.

O povo e governo de Minas Gerais dão-lhe sua inteira e irrestrita adesão. Todas as providências estão tomadas para assegurar a normalidade da vida do Estado.

O Governo confia à honra do povo mineiro a garantia da vida e bens dos adversários, recomendando que se abstenham de todas e quaisquer represálias, que serão ri-

gorosamente oprimidas.

O Governo recomenda ao povo mineiro, neste grave momento histórico, toda calma e ponderação.

O Governo confia no povo. O Povo confia no Governo (TORRES, p. 1402-03, V).

O teor do manifesto lançado aos mineiros não deixa dúvidas com relação ao posicionamento essencialmente conservador de Maciel. Não se pretendia uma revolução que promovesse mudanças estruturais, mas apenas a restauração do regime republicano. Ao alardear o apoio do Exército e dos governos dos Estados ao levante, o que era uma inverdade, Olegário dá mostra de sua habilidade e sagacidade política fazendo o povo acreditar que o sucesso do movimento eram “favas contadas”. A estratégia mostrou-se eficiente, surgindo manifestações populares acaloradas a favor da revolução em todo o Estado.

6.1. A reação do exército em Minas Gerais

Como já dissemos, as forças do Exército baseadas em Minas Gerais permaneceram fiéis ao Governo Federal e esboçaram forte resistência aos rebeldes em Juiz de Fora, Ouro Preto, Três Corações e São João Del Rei. A maior preocupação, no entanto, era com relação ao 12.º R. I., que, pela sua localização estratégica, tinha como base a capital do Estado, e poderia colocar a perder todo o movimento.

Assim, deflagrada a Revolução, o coronel Andrade, comandante do 12º R.I., foi preventivamente preso em sua própria casa e convencido a enviar uma mensagem aos seus comandados aconselhando a rendição.

Os aquartelados do 12º R.I., cerca de quatrocentos homens, apesar de contar com poucos víveres e com a possibilidade de falta d'água, não acataram a recomendação do seu comandante e se posicionaram para o combate.

Enquanto isso, os jornais *Diário Mineiro* e *Jornal da Noite* colocaram cartazes em frente às suas respectivas redações com os dizeres: “Estourou a bomba. Finalmente chegou o dia. A Revolução explodiu em todo o Brasil, Viva a Revolução. Viva o Brasil” (TORRES, p. 1398, V).

A multidão reagiu com entusiasmo e o delírio tomou conta das ruas da capital. Alistamentos eram feitos em várias repartições públicas e até mesmo em saguões de hotéis. Surgiram a Coluna Libertadora, os Batalhões Antônio Carlos, Olegário Maciel, Raul Soares, Mário Brant e Artur Bernardes. A Mocidade Acadêmica da Capital, que havia dado apoio à Aliança Liberal, apresenta-se, engrossando as tropas revolucionárias.

Não se intimidando com a preparação das forças revolucionárias, o Exército manteve firme sua posição, enquanto Olegário Maciel, sereno e confiante na vitória, reunia-se com seus principais assessores no Palácio da Liberdade.

Depois de cinco dias de intenso tiroteio, os soldados do 12º R. I. receberam a seguinte mensagem do coronel Andrade, comandante aprisionado do regimento:

Meus camaradas. Cordial abraço. Cheio de orgulho e de entusiasmo tenho acompanhado daqui a vossa atuação, digna dos soldados que, escravos do dever, tudo sacrificam.

Com o meu pensamento sempre aí, sinto a emoção de todos vós, ante o desempenho de tão árdua missão, sem poder dela participar pessoalmente, pelos motivos que bem sabeis. Mas, neste momento, após quatro dias de resistência heróica, preocupa-me o resultado que possais obter, ante a falência de recursos que não vieram a tempo (prometidos e até agora não chegados), procedimento esse que, de algum modo, salva a nossa responsabilidade,

Assim sendo, venho pedir que reflitam maduramente, conscientemente e respondam à oferta que me fazem os camaradas revoltados, de vos receber honrosamente, com a admiração de que vos tornastes dignos, sem nenhuma humilhação para quem quer que seja.

Na situação em que me encontro, nada posso resolver, cabendo a vós analisar o caso e decidir acertadamente, em presença das circunstâncias. Eles se prontificam a um entendimento prévio se for de vosso desejo.

Um parlamentar, descendo ostensivamente a ladeira do quartel, virá pelo meio da Avenida Paraopeba, até a Praça Raul Soares, onde será recebida a resposta. Com as minhas sinceras saudades (op. cit, p. 1409).

Incentivados pela carta de seu comandante, os aquartelados já assolados pela falta de médico, remédios, água, víveres alimentícios e pela impossibilidade de sepultar soldados e cavalos mortos e já em estado de putrefação, rendem-se aos revolucionários.

Imediatamente após o desfecho dos combates, o governador Olegário Maciel encaminha o seguinte telegrama a Getúlio Vargas:

É com o maior júbilo que comunico a V. Excia. que está vencido mais um obstáculo da sagrada campanha em que nos empenhamos, com a rendição do 12º R.I.

O povo mineiro, sacudido de um entusiasmo, sem precedentes na história republicana, está, pelo espírito e pelo coração, identificado com o seu governo e pronto a executar-lhe as determinações, mesmo à custa dos maiores sacrifícios, para a grande obra de reconstrução política da República.

Eu me congratulo com V. Excia. pelo belo êxito que vai tendo a luta em todo o país e por esse magnífico prenúncio de uma era de grandeza e de dignidade na Nação brasileira (op. cit. p. 1413, V).

Pelo teor da mensagem de Maciel, podemos tirar duas conclusões: a primeira, de que o governador, ao colocar o seu governo pronto a executar qualquer determinação vinda do governo federal, mesmo à custa dos maiores sacrifícios, tinha mesmo, no dizer do brasilianista Wirth, uma relação de cliente com o governo central, numa alusão à classe social da Roma Antiga que vivia uma relação de dependência com o seu patrono; a segunda, o fato de Olegário dar ao momento um caráter fundamentalista e

messiânico ao se referir à revolução como “sagrada campanha” ressaltar o seu perfil de político habilidoso no controle das massas.

7. Nomeando os interventores estaduais e municipais

Em 11 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, juntamente com Oswaldo Aranha, José Maria Whitaker, Paulo de Moraes Barros, Afrânio de Mello Franco, José Fernandes Leite de Castro e José Isaías de Noronha, assina o Decreto nº 19.398, com um viés nitidamente autoritário, instituindo o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e regulamentando a nova ordenação estadual e municipal que determinava o seguinte:

Art. 2.º É confirmada, para todos os efeitos, a dissolução do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou assembléias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre, e dissolvidos os que ainda o não tenham sido de fato.

Art. 11. O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados; em os quais ficarão os respectivos presidentes investidos dos Poderes aqui mencionados.

§ 4.º O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente; revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais.

§ 5.º Nenhum interventor ou prefeito nomeará parente seu, consanguíneo ou afim, até o sexto grau, para cargo público no Estado ou no município.

Assim, os Estados, sem autonomia administrativa, passaram a ser mais feitorados, e menos governados pelos interventores, que apenas cumpriam as determinações emanadas do poder central. Nem mesmo Olegário Maciel, como se sabe o único governador eleito a permanecer no cargo, tinha mais poderes do que os interventores (AFONSO ARINOS, p. 20, 6).

A mesma falta de autonomia verificada nos Estados repetiu-se nos municípios, como podemos constatar pela correspondência enviada por Clarimundo José da Fonseca Sobrinho, prefeito nomeado de Patos a Gustavo Capanema, Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização para promover reformas administrativas no município.

Venho por intermédio de V. Excia. solicitar do Exmo. Sr. Presidente do Estado, autorização para fazer reorganização de todos os departamentos desta Prefeitura, podendo para isso crear (sic) os cargos que julgar necessários ao bom andamento dos serviços

do município, dando-lhes maior eficiência e maior aparelhamento [...]².

7.1. *Descumprindo o decreto do governo provisório*

Com relação ao § 5.º do Art. 11 do Decreto nº 19.398, se tinha intenção de moralizar a política nacional não conseguiu o seu intento, parece ter sido letra morta a julgar pela nomeação de Jacques Maciel, sobrinho de Olegário, para o cargo de presidente do Banco Mineiro do Café, uma empresa mista de capital privado e estadual (WIRTH, p. 88), e pela nomeação de Gustavo Capanema, primo e amigo íntimo, para o importante cargo de Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais. A amizade e intimidade entre os dois ficam claramente evidenciadas no discurso proferido por Capanema na ocasião do sepultamento de Maciel:

Olegário era o mais esclarecido dos homens e, portanto, o mais perfeito. De toda generosidade do seu coração pode-se dizer o mesmo que disse Salomão: “Tão intenso quanto a areia do mar”. O poder em suas mãos foi sempre dignificado, porque ele tinha um caráter quase divino. Vinha de Deus e, por isso mesmo, era um poder perfeito. Foi princípio de justiça e salvação. Governou estabelecendo a liberdade ao lado da disciplina. Não foi um governo de opressão, nem de intolerância. Governou os homens como os homens deviam ser governados. Conhecia o valor da mocidade e chamou-a a partilhar do seu ideal, da sua orientação e do seu poder³.

8. *Quando as raposas se encontram*

A permanência de Olegário como governador gerou forte objeção dos tenentes e descontentamento entre adversários políticos locais que comentavam: “Fizemos a revolução, mas não a temos em casa...” (TORRES, p. 1419, V).

Entre os descontentes estavam membros da executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), tais como, Artur Bernardes, Virgílio de Melo Franco e seu pai, Afrânio de Melo Franco, que ao se reunirem em Belo Horizonte, receberam um recado de Gustavo Capanema, secretário do interior, que Maciel considerava o encontro um “ato inamistoso” (WIRTH, p. 169).

Contrariando a determinação de Maciel, o PRM convoca uma convenção política em agosto de 1931, ocasião em que, junto com paradas, discursos inflamados e passeatas nas ruas, trama-se um golpe para a derrubada de Olegário com a aquiescência de Oswaldo Aranha, um dos mais íntimos colaboradores de Vargas.

² Documentos históricos da história de Patos de Minas, volume organizado e encadernado pelo Professor Altamir Fernandes.

³ Artigos publicados na revista *A Debulha*, de Patos e Minas, organizados e transcritos pelo professor Altamir Fernandes.

As tropas se revoltaram no dia marcado com a instrução de que o comandante assumisse o governo até que a ordem fosse restabelecida com a nomeação de Virgílio como interventor.

Maciel, ao contrário do que previa os insurgentes, manteve-se firme no palácio cercado por unidades leais ao seu governo, comandadas pelo capitão João Guedes Du-rães. Frente à reação de Olegário, as tropas federais recuaram. Estava debelada a insur-reição. No Rio de Janeiro o incidente foi chamado apenas de “O Equívoco”, o que de-monstra uma dubiedade de intenções de Vargas com relação a Olegário, principalmen-te levando-se em conta a atuação de Oswaldo Aranha, que jamais daria respaldo ao movimento seu o consentimento de Vargas.

O incidente demonstra mais uma vez a habilidade política de Olegário em se manter no cargo, a despeito de poderosas forças contrárias.

9. Replicando o autoritarismo de Vargas

Da mesma forma que a revolta de 1932 fortaleceu o governo Vargas, a tentativa de golpe acabou por fortalecer ainda mais a posição de Olegário, que passou a contar com uma linha telefônica direta com o presidente Vargas, semelhante ao telefone ver-melho adotado por Washington e Moscou anos mais tarde.

Assim fortalecido, Maciel deu carta branca a Francisco Campos, político minei-ro com viés autoritário que iria redigir a Constituição de 1937, para criar um movimen-to com orientação fascista, chamado de Legião de Outubro, que tinha como objetivo formar as bases municipais de sustentação ao governo (WIRTH, p. 169). Seguindo o e-xemplo das milícias fascistas de Mussolini e Hitler, a Legião promoveu um desfile de “camisas-cáqui” pelas ruas de Belo Horizonte, numa imponente demonstração de força (TORRES, p. 1420, V).

A expectativa era de que todo político que quisesse apoiar o governador fizesse parte da Legião e, em pouco tempo, mais de 80% dos municípios aderiram, até que em 1932 o PRM foi declarado oficialmente extinto. A oposição não tinha mais voz.

10. A revolução na terra de Olegário

Considerando ser Patos de Minas a terra do Presidente de Minas Gerais, é de se supor que a cidade teria sido sacudida por fortes manifestações nos dias que antecede-ram a Revolução, mas não foi isso que aconteceu.

A Patos dos anos 1930, que ainda não havia incorporado o Minas ao seu nome, era uma pacata cidade situada numa região que seria definida por Tancredo como sendo “os grotões das gerais”, só aparecendo no cenário político mineiro por influência do prestígio que lhe conferia a família Maciel.

Alheios ao movimento revolucionário, os patenses pouco participaram dos a-contecimentos pós 3 de outubro. A liderança do município foi, no primeiro momento, assumida por Marcolino de Barros, cunhado de Olegário. Homem sensato e, como Ma-

ciel, adepto de atitudes conciliatórias, arrefeceu os ânimos dos mais exaltados controlando com relativa facilidade as paixões políticas que poderiam trazer deletérias consequências para o município (OLIVEIRA MELLO, 1971, p. 317).

A atitude mais extremada de Marcolino foi ordenar o recolhimento de todos os aparelhos de rádio do município como forma de calar as vozes adversárias que poderiam subverter a nova ordem vigente.

As palavras de ordem para justificar a revolução eram a cruzada pela moralidade política e a luta contra o comunismo, origem de todo o mal na concepção das elites. Esse discurso anticomunista ecoou ainda por vários anos, sendo vendido ao povo como um fantasma a rondar os lares, ameaçando a moralidade, os bons costumes e a fé cristã, conforme podemos constatar na transcrição do artigo veiculado no jornal *Folha de Patos*, edição de 15 de agosto de 1936, em que se lê:

O telégrafo e o rádio diariamente nos contam os horrores que se verificam na Espanha. Ali, uma pequena parcela de seu povo, impregnada dos malsãos princípios comunistas, importados da infeliz Rússia, teve a dita de empunhar as rédeas do seu governo e pretendeu impor ao nobre povo espanhol, o seu credo infernal [...]. Vencedor este, pelo impatriotismo dos eventuais detentores do poder público espanhol, o mal não ficará adistrato à grande nação europeia; ele se alastrará por todas as nações do Velho Mundo, incendiando-as todas e esse incêndio, embora a largura do asseio constituído pelo Atlântico, e que nos separa do continente europeu, estenderá as suas chamas até o nosso continente, contaminando-nos do mal moscovita [...] (Fantasma do Comunismo. *Folha de Patos*. Patos de Minas, 15 ago. 1936. p. 1).

10.1. A nomeação de Quintino Vargas como interventor de Paracatu

Deflagrada a revolução, chega a Belo Horizonte a notícia de que o Estado de Goiás iria reagir e que o 6º Batalhão de Cavalaria sediado em Ipameri estaria pronto a invadir Minas Gerais, mais precisamente a região do Triângulo Mineiro.

Necessitando de uma pessoa que tivesse conhecimento da região e, ao mesmo tempo, espírito de liderança, Olegário resolve chamar a Belo Horizonte Quintino Vargas, tropeiro oriundo de Curvelo que havia se transferido para Paracatu. Nesta cidade Quintino tornara-se um bem sucedido empresário no ramo de transporte fluvial ao longo do São Francisco, e era conhecedor de todos os caminhos das Gerais, perfil desejado por Olegário.

A pretensão de Maciel sofreu firme oposição por parte de Joaquim Brochado, forte liderança política na região de Paracatu, que não estava disposto a colocar os seus homens, cerca de oitenta, sob o comando de Quintino. Após receber vários telegramas de Maciel e até mesmo de seu irmão Farnese, Brochado finalmente dá-se por vencido.

Enquanto isso, em Belo Horizonte, Quintino Vargas aceitou a incumbência de chefiar a Coluna "Artur Bernardes". Por um decreto, Olegário o nomeou coronel das forças mineiras e colocou à sua disposição cerca de quarenta praças de tropas regulamentares, número insuficiente para a tarefa que se avizinhava, circunstância que o

obrigou a recrutar “voluntários” em Patos de Minas, João Pinheiro e Paracatu (OLIVEIRA MELLO, 2002, p. 367-8).

10.2. O alistamento e requisições em Patos de Minas

Geraldo Fonseca, escritor local, é quem melhor nos conta sobre o alistamento e requisições de caminhões e automóveis ocorridas em Patos durante a revolução. Segundo ele, quando Quintino Vargas chegou a Patos, proveniente de Belo Horizonte, muitos, temerosos de serem “convidados” ao alistamento, vão pescar no rio da Prata ou se alongam até os garimpos da região. Ainda assim, segundo Fonseca, muitos voluntários se apresentaram.

Além dos alistados, Patos forneceu à Revolução mercadorias, caminhões, automóveis e serviços, conforme podemos ver na nota de débito emitida pela Casa do Hugo, abaixo, transcrita de artigo redigido por Geraldo Fonseca, intitulado “Participação Patense na revolução de 1930”, publicado em 15 de outubro de 1983, pela revista *A Debulha*, de Patos de Minas, nas páginas 11 a 14.

Peça de brim kaki com 29,50ms a 4\$000	– 118\$000
Peça de brim kaki com 41,40ms a 4\$000	– 198\$700
Peça de brim kaki com 27,30ms a 4\$800	– 131\$000
Peça de brim kaki com 42,50ms a 5\$000	– 212\$500
Peça de brim kaki com 30ms a 2\$500	– 75\$000
Chapéus de lebre p/homem a 3\$000	– 93\$500
SOMA TOTAL – Réis	828\$200

No mesmo documento, ao pé, consta a seguinte anotação do capitão Alfredo Moreira da Silva, representante deixado por Quintino Vargas em Patos para conduzir os trâmites revolucionários:

Requisito por conta do Governo do Estado de Minas Gerais Revolucionário, as mercadorias acima descritas, para fardar diversos engajados. Cidade de Patos, 10 de outubro de 1930. Capitão Alfredo Moreira da Silva. Recebi as mercadorias constantes da presente fatura. Patos, 10 de outubro de 1930. Capitão Alfredo Moreira da Silva.

Dois dias após, o próprio Quintino Vargas requisita o caminhão do senhor Itagyba Caixeta “a fim de transportar as forças que seguem em operação de combate”. Quase três anos passados o Sr. Caixeta ainda não havia recebido pagamento pelo empréstimo do caminhão. Para tentar receber a importância que lhe era devida, se vê obrigado a constituir como advogado o Dr. Gualter Gontijo Maciel. Não se tem notícia do resultado da ação.

Igual situação é vivenciada pelo senhor Bolívar de Barros que havia emprestado o seu caminhão e que assim se dirige ao Secretário das Finanças do Estado de Minas

Gerais, em correspondência de 26 de fevereiro de 1931:

Bolívar de Barros, chauffeur, residente nesta cidade, tendo servido e acompanhado a coluna “Arthur Bernardes”, na invasão e tomada de Goyaz, dirigindo um caminhão de sua propriedade, vem requerer a V.Excia. determine lhe seja paga a importância de um conto duzentos e cinquenta e nove mil e duzentos réis (1.259\$200), o quanto necessita para effectuar os concertos o seu carro, segundo o orçamento que a esta acompanha. Pede que o pagamento seja feito pela collectoria local.

11. A expedição em Goiás

Engrossada pelos alistamentos feitos por Quintino, a coluna “Artur Bernardes”, com cerca de trezentos homens, toma a dianteira e invade o Estado de Goiás, primeiramente em Cristalina, depois Ipameri, de onde são expulsos pelo 6º Batalhão de Cavalaria. Avançam contra Planaltina, Formosa, Anápolis e, finalmente Goiás Velho, então capital daquele Estado. Em Planaltina Quintino Vargas prende o senador Felismino Viana, importante político goiano fiel ao governador, e o envia para Patos, onde permanece preso até a vitória final da Revolução (*op. cit*, p. 369).

Quando a coluna mineira chega a Goiás Velho não encontra nenhuma resistência, a tropa caiadista havia abandonado a cidade e rumado em direção a Vianópolis, a partir daí a Revolução consegue a adesão do 6º Batalhão de Ipameri. Os ânimos estavam definitivamente apaziguados em Goiás.

Olegário Maciel era amigo de Quintino e o queria na Interventoria Goiana. O chefe da coluna “Artur Bernardes” não queria, no entanto, assumir nenhum cargo no Estado de Goiás, preferindo retornar a Paracatu, onde iria assumir o posto de prefeito nomeado, terminando assim a expedição revolucionária mineira em território goiano.

12. Considerações finais

Esses são os acontecimentos deixados em Patos de Minas pela Revolução de 1930. Não fosse a presença de Quintino Vargas promovendo alistamento e requisitando automóveis e mercadorias, o movimento revolucionário não teria sido sequer percebido no município.

A política local encontrava-se sob forte controle de Maciel e, quando deflagrada a Revolução, não se verificaram manifestações populares, tampouco movimentos mais contundentes por parte da oposição que acabou aderindo à nova ordem.

O ponto alto da Revolução em Patos de Minas foi o recolhimento dos aparelhos de rádio do município, devolvidos após o término dos acontecimentos, conforme nos revela Oliveira Mello.

De todos os acontecimentos verificados em Minas Gerais e Patos e Minas, podemos concluir o seguinte: não há dúvida com relação à capacidade conciliatória de

Olegário Maciel, único a manter o cargo de governador eleito, e que soube cooptar lideranças contrárias ao movimento, como foi o caso de Joaquim Brochado em Paracatu que, além de aderir, arregimentou oitenta homens para servir à causa revolucionária.

Da mesma forma, não podemos deixar de salientar a firmeza e coragem de Olegário no trato com a forte reação promovida pelo exército em todo o Estado de Minas e o destemor que enfrentou o traiçoeiro movimento arquitetado por Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco com o intuito de lhe tomar o poder.

Finalmente, concluimos que o movimento foi amplamente vitorioso naquilo que se propunha: obter o poder; desmobilizar e controlar as classes operárias; calar as oposições e conseguir o apoio popular.

13. Referências

AFONSO ARINOS, de Melo Franco. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadro Editores Culturais, 1967.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins*. Belo Horizonte: INGRABRAS, 1974.

_____. Participação Patense na revolução de 1930. *A Debulha*. Patos de Minas, n. 78, p. 11-14, 1983.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

_____. *As Minas Reveladas*. 2 ed. Paracatu: Editora da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1962.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.